

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.283 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2001

## Técnicos contam como foi a violação do painel

Conselho de Ética tomou ontem cinco depoimentos sobre a violação do painel eletrônico. Amanhã devem ser ouvidos Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda

Quatro técnicos que participaram da violação do painel eletrônico do Plenário do Senado prestaram depoimento ontem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, explicando detalhes da operação. Também foi ouvido o assessor do senador José Roberto Arruda que recebeu a lista de votos referentes à sessão secreta de cassação do então senador Luiz Estevão. O presidente do conselho, senador Ramez Tebet, confirmou para amanhã o depoimento do ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães. Arruda pode também ser ouvido.

PÁGINAS 4 E 5



Ivar Alves Ferreira disse que Arruda fez "um pedido que era uma ordem"



Sebastião Gazola Júnior contou ter ficado "com muito medo" ao perceber que não participara de uma operação normal



Domingos Lamoglia confirmou contatos entre Arruda e Regina Borges e não quis abrir seu sigilo telefônico



Conforme Heitor Ledur, a ex-diretora do Prodasen deixou bem claro que "não se admitia um não como resposta"



Projeto acolhido pela Comissão de Assuntos Econômicos recebeu uma emenda e vai agora ao Plenário do Senado

### CAE aprova projeto contra a grilagem de terras

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que muda as regras para registro de imóveis rurais, com o objetivo de combater a grilagem de terras.

PÁGINA 7

### Heloísa quer divulgação da lista de votos



Heloísa diz que votaria pela cassação de Luiz Estevão "quantas vezes fossem necessárias"

A senadora Heloísa Helena pediu ontem à Mesa que divulgue a lista com os votos na sessão que cassou o mandato do então senador Luiz Estevão. Ela disse estar convencida de que, a partir daí, será possível analisar a infração ao Código de Ética e Decoro Parlamentar e instalar a CPI da Corrupção. Heloísa observou que haveria um disquete com os votos dos senadores e que não vê razão para restringir seu conhecimento a poucas pessoas.

PÁGINA 3

### CI acolhe incentivo a fontes alternativas de energia

PÁGINA 11

# CAS examina hoje duas propostas que alteram a CLT

Projeto do Executivo trata de registro do ponto e de benefícios, enquanto o de Casildo Maldaner garante licença e salário-maternidade a adotante

Da pauta de nove itens da reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) marcada para hoje, às 9h, dois prevêem alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Um deles, oriundo da Presidência da República, pretende reduzir os custos da relação trabalhista, estimulando a formalização do mercado e a concessão de benefícios aos trabalhadores. O outro, apresentado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) e que tramita em conjunto com proposta da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), quer garantir às mulheres que optam pela adoção o direito à licença e ao salário-maternidade.

Com parecer favorável do rela-

tor, senador Moreira Mendes (PFL-RO), o projeto do Executivo pretende pôr fim a controvérsias sobre o registro de ponto, observando que variações inferiores a dez minutos diários não poderão ser descontadas ou computadas como serviço extraordinário. A iniciativa determina ainda que benefícios sociais (educação, transportes, assistência médico-odontológica, seguros de vida e acidentes pessoais) não poderão integrar o salário.



Moreira Mendes tem parecer favorável ao projeto do governo que muda a CLT

Também conta com parecer pela aprovação, oferecido pelo então senador Júlio Eduardo (PV-AC), o projeto que estende a licença-maternidade de 120 dias à trabalhadora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança com até cinco anos de idade. Em paralelo à

licença, seria concedido o salário-maternidade. Os benefícios, segundo Júlio Eduardo, são amparados pela Constituição federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

## Subcomissão do Idoso define cronograma

A Subcomissão Permanente do Idoso, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realiza reunião após a ordem do dia de hoje para definir seu cronograma de trabalho para o biênio 2001/2002.

A subcomissão foi criada em 1999 e era presidida pelo então senador Luiz Estevão, que teve seu mandato cassado no ano passado. Em função do processo de cassação, os trabalhos ficaram prejudicados. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), atual presidente da subcomissão, pretende retomar os estudos da definição de políticas públicas que visem à valorização e à reintegração dos idosos na sociedade.

Quintanilha fez um discurso sobre o tema há duas semanas, quando confirmou sua intenção de realizar esforços para apressar a elaboração de uma legislação mais moderna de tratamento ao idoso.

CRE acolheu indicações de embaixadores para a Jamaica e a Iugoslávia



## CRE aprova protesto contra posição de Bush sobre Kyoto

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem moção apresentada pelo presidente da comissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM), que manifesta ao governo norte-americano preocupação e protesto diante da determinação do presidente George W. Bush de não endossar a regulamentação das normas que visam diminuir a emissão de gás carbônico na atmosfera, contidas no Protocolo de Kyoto. A matéria recebeu parecer favorável do senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Os senadores aprovaram também mensagens presidenciais indicando novos embaixadores na Jamaica e na Iugoslávia. Para embaixador na Jamaica, foi aprovado Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso. Para a República Federal da Iugoslávia, foi aprovado Rubem Amaral Júnior.

A CRE aprovou ainda parecer favorável do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) ao projeto de decreto legislativo que referenda o Convênio de Subscrição de Ações da Corporação Andina de Fomento (CAF), firmado com o Banco Central.



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2001

Presidente  
Senador Jader Barbalho

18h — Recebe o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, acompanhado de representantes do Sindicato dos Radialistas de São Paulo e da Federação Interestadual dos Trabalhadores de Rádio e TV

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 7/96, acresce parágrafo 5º ao art. 64 da Constituição federal, com o seguinte teor: Art. 64, parágrafo 5º: "Terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interfiram nas relações federativas"; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 44/00, altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, que dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 45/00, modifica o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, que dispõe sobre a obrigação de renunciar seis meses antes do pleito os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos, quando concorrerem à reeleição; PLS nº 187/99, modifica a Lei nº 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; PDL nº 47/99, que dispõe sobre a convocação de plebiscito acerca da desestatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf); e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

### COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros, PLC nº 4/01, que dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso; Ofício "S" nº 38/00, encaminha ao Senado cópia do Requerimento nº 234/00, em que tece considerações no sentido de que sejam realizados estudos para a implantação no país de um centro especializado no tratamento da retinose pigmentária; Ofício "S" nº 25/00, encaminha ao Senado anteprojeto do Código Deontológico de Instrumentadores Cirúrgicos (Codic), objetivando a criação do Conselho Federal e de curso a nível superior daquela categoria profissional; PLS nº 236/00, acrescenta dispositivos à Lei nº 6.530/78, que regulamenta a profissão de corretor de imóveis e disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização; PLS nº 284/99, que dispõe sobre a instalação de telefones especiais para surdos; PLS nºs 182 e 196, de 2000, acrescenta artigo 392-A à Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a licença-maternidade das mães adotantes ou que tenham obtido guarda judicial de crianças; PLC nº 60/00, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização dos exames para diagnóstico precoce da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito do recém-nascido; e PLC nº 2/01, acrescenta parágrafos ao art. 58 e dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros, PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; Requerimento nº 51/01, do senador José Eduardo Dutra, solicitando ao ministro da Fazenda, através do Banco Central, informações sobre a movimentação bancária detalhada do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, do sócio da Marketing, Estratégia e Comunicação Institucional Fernando Jorge Caldas Pereira e outros, sendo as movimentações bancárias relativas ao período de janeiro de 1995 a julho de 2000; Requerimento nº 73/01, do senador Romero Jucá, solicitando do Banco Central a relação de todos os depósitos, de qualquer espécie, oriundos do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), constantes do rastreamento já realizado nos contos do ex-secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, do sócio da Marketing, Estratégia e Comunicação Institucional Fernando Jorge Caldas Pereira e outros; Requerimento nº 73/01, do senador Romero Jucá, solicitando ao Ministério da Fazenda, através do Banco Central, a relação de todos os depósitos, de qualquer espécie, oriundos dos recursos do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), constantes do rastreamento já realizado nos contos do ex-secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira e outros; Requerimento nº 74/01, do senador Romero Jucá, solicitando ao Ministério da Fazenda, através da Secretaria da Receita Federal, informações sobre a auditoria fiscal para evidenciar sonegação fiscal, enriquecimento ilícito ou existência de patrimônio incompatível com os rendimentos declarados por Eduardo Jorge Caldas Pereira e sua esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, por solicitação do Ministério Público de Goiás e do Distrito Federal; PLS 190/99-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes deste até o segundo grau.

2ª Parte: audiência pública com a presença do ministro Anadyr de Mendonça Rodrigues, para prestar esclarecimentos sobre a Corregedoria Geral da União, suas atribuições, meios de que dispõe para exercer suas atividades e a relação que deverá manter com o Congresso e demais órgãos aos quais a Constituição confere deveres e poderes semelhantes. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: PLC nº 1/01, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestres, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; e PLS nº 165/99, que dispõe sobre a preservação da concepção urbanista da capital federal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do empresário de jogadores Juan Figuer. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: entre outros, Aviso nº 12/00, encaminha ao Senado cópia das Decisões nºs 8 e 9, de 2000, bem como dos respectivos relatórios e votos que as fundamentam, sobre auditorias realizadas nos órgãos e entidades de saúde do Distrito Federal e no serviço de convênios do Ministério da Saúde (RR); Aviso nº 25/00, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 47/00, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na prefeitura municipal de Contagem (MG); Aviso nº 59/00, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 218/00, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Tribunal Regional Eleitoral (RR); e Aviso nº 88/00, encaminha ao Senado cópia do Acórdão nº 243/00, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Fundação Estadual de Cultura do Amapá (Fundecap), referente a procedimentos adotados nas áreas de convênios, acordos, ajustes, licitações, contratos, acompanhamento e execução, pela administração estadual de programas federais. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

Após a ordem do dia — Subcomissão Permanente do Idoso

Pauta: definição do cronograma para o biênio 2001/2002. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Heloísa pede que lista de votação seja divulgada

Com a solicitação, encaminhada à Mesa do Senado, ela quer dar mais um passo para que a violação ocorrida na sessão que cassou Luiz Estevão seja analisada. Senadora volta a protestar contra as especulações de que teria votado contra a cassação

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) solicitou ontem à Mesa do Senado que torne pública a lista com a votação dos senadores na sessão que cassou o mandato do então senador Luiz Estevão.



Heloísa Helena defendeu a criação da CPI da Corrupção

A senadora afirmou

estar convencida de que, a partir daí, a Casa poderá seguir o segundo passo, que é analisar a infração ao Código de Ética e Decoro Parlamentar. O terceiro passo, disse a senadora, será a instalação da CPI da Corrupção, que considera necessária para que o Congresso possa mostrar à sociedade que não é conivente com

o que ocorre no governo federal. “O suposto voto não pode se transformar em um tapete para esconder o jogo sujo”, disse.

A parlamentar lembrou que já houve a violação do painel de votação e uma confissão, e que há um disquete com os votos dos senadores, ressaltando que não há por que restringir apenas a algumas pessoas o conhecimento da lista. Ao defender a divulgação da lista, Heloísa disse, ainda, que o episódio pelo menos vai ajudar a acabar com o voto secreto em Plenário.

Em alusão ao senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que as-

sumiu seu papel na violação do painel, a senadora destacou que o discurso dela não era para refazer os anteriores e que vinha, mais uma vez, reafirmar suas convicções. Quanto a declarações de que ela teria votado contra a cassação de Estevão, Heloísa Helena lembrou sua participação no episódio e declarou que repetiria o seu voto pela cassação, “quantas vezes fossem necessárias, por estar convencida dos crimes cometidos pelo ex-senador”.

Heloísa Helena disse que foi capaz de suportar esses momentos graças à solidariedade recebida e também porque se considera “uma sobrevivente” que, desde cedo, teve que lutar pela vida.

## Alcântara: apoio dos 81 senadores pode tornar divulgação possível

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) reivindicou ao presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), que envie todos os esforços no sentido de obter e divulgar a verdadeira lista com votos dos senadores na sessão que cassou o mandato do senador



Lúcio Alcântara: “Não podemos ficar reféns de infâmias ou chantagens”

Luiz Estevão. “Não podemos ficar reféns de infâmias, perseguição política ou chantagens”, disse.

Pela manhã, o Senado foi surpreendido pela divulgação, pela Internet, de uma lista de votações apócrifa, com vários votos que trouxeram indignação a senadores, inclusive a Alcântara, que aparece votando contra a cassação.

Segundo o senador pelo Ceará, diante de tantas informações descontraídas e pretensos resultados sobre votos *sim e não* de senadores, somente a divulgação da versão oficial da lista poderá esclarecer, definitivamente, o assunto.

– Não tenho me pronunciado sobre essa polêmica por entender

que, como membro do Conselho de Ética, se- rei chamado a profirir um voto sobre o comportamento de senadores envolvidos na questão, mas não posso mais permanecer calado – disse.

Jader respondeu que não é possível atender

à reivindicação de Alcântara, porque a Constituição dispõe que cassação de mandato de senadores deve ser objeto de votação secreta.

– Não acredito que a divulgação da lista oficial seja o caminho mais adequado para o conhecimento da verdade. Qualquer lista que surja, agora, estará eivada de suspeição – afirmou Jader.

Alcântara informou que apresentará um requerimento por escrito, pedindo que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seja ouvida sobre o assunto. Ele disse entender que a lista oficial de votação pode ser divulgada se houver concordância expressa de todos os 81 senadores.

## Parlamentares prestam solidariedade

Parlamentares de quase todos os partidos se solidarizaram com Heloísa Helena (PT-AL) em apertes ao seu discurso de ontem. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse ter certeza que a senadora “jamais votaria contra a cassação de Luiz Estevão”, como tem sido divulgado pela imprensa, por conhecer sua coerência, enquanto Marina Silva (PT-AC) perguntou “quais os interesses que estão por trás dessa acusação”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou o respeito que a senadora tem conquistado em todo o país e apoiou o seu pedido de divulgação da lista de votação. Suplicy disse ter considerado importante o discurso do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF), na segunda-feira, quando assumiu sua responsabilidade no processo de violação do painel, e acrescentou que o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) “deve prestar um serviço à nação e mostrar também a verdade sobre o caso”.

Já no entendimento de Eduardo

Siqueira Campos (PFL-TO), a lista não deve ser divulgada porque “não se deve fazer o jogo do fraudador e do violador do painel”. Ele afirmou que não é “qualquer papel” que vai mudar o conceito que o Senado tem pela senadora Heloísa Helena. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) considerou indigno “colocar no mesmo barco alguém que está sendo vítima de uma calúnia com outros que cometeram crime”.

Carlos Wilson (PPS-PE) afirmou que, se há um voto sobre o qual ele não tem dúvida é o da senadora Heloísa Helena. Paulo Hartung (PPS-ES) pediu para Heloísa ir em frente em sua atuação e disse entender que “não é fácil suportar esse momento”. De acordo com Amir Lando (PMDB-RO), esse processo “parece uma flagelação da senadora Heloísa Helena”. O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), hipotecou todo apoio a Heloísa e afirmou que ela está sendo vítima de uma maldade.

O senador Pedro Simon (PMDB-

RS) frisou que Heloísa, “com sua forma agressiva de falar e jeito de vestir, desafiou a tradição do Senado e, por isso, as pessoas se identificam com ela”. Ele observou, no entanto, que, “ao ter essa coragem, a senadora devia estar preparada para ser agredida de alguma forma”.

Iris Rezende (PMDB-GO) aconselhou a senadora a não se preocupar “com atos de maldade que não manchariam sua carreira”. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou que “a calúnia ande de Internet e a mentira de carro de boi”. Sebastião Rocha (PDT-AP), concordando com Heloísa, disse que a divulgação da lista pode permitir novas investigações. Emília Fernandes (PT-RS) afirmou que “a verdade virá à tona, mostrando que o abuso de poder não tem mais espaço”. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou a admiração do seu estado por Heloísa, e a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) disse que “a sinceridade da luta da senadora Heloísa Helena é transparente”.

## Para Suassuna, crise deve ser resolvida logo

“Constrangimento” e “vergonha” foram as palavras utilizadas ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) para referir-se ao sentimento que envolve os parlamentares ante a crise enfrentada pelo Senado. Para ele, “a hora é de punir quem errou e precisa ser punido, mas rapidamente, para que tudo seja elucidado e o Senado volte ao trabalho”.

Suassuna contou que, em viagem recente a seu estado, não houve

ocasião em que não ouvisse comentários sobre a triste imagem que o país tem hoje do Senado.

– A crise não é do país. É do Senado. Temos a obrigação de resolvê-la – afirmou.

Ele observou que, se o Senado não agir logo, há o risco de essa crise refletir-se sobre a própria economia do país. Na opinião de Suassuna, “quem não conhece o vigor da economia brasileira é capaz de pensar que o

Brasil está na mesma sintonia do Senado”.

– E não é verdade. A crise é nossa e cabe a nós, senadores, resolvê-la o mais rápido possível – sustentou.

Suassuna recomendou que os problemas sejam logo solucionados para que os senadores voltem suas preocupações para os problemas que realmente interessam ao país, como saúde, educação, segurança e o desenvolvimento econômico.

## José Roberto Arruda comunica desligamento definitivo do PSDB

Diante da decisão da bancada na Câmara de pedir sua expulsão dos quadros do PSDB, o senador José Roberto Arruda (DF) tomou a iniciativa de pedir desligamento definitivo do partido. Segundo o líder interino do governo, senador Romero Jucá



Arruda: expulsão seria examinada ontem pela Executiva do PSDB

(PSDB-RR), cessaram completamente os vínculos que uniam Arruda ao partido.

O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), informou que Arruda lhe telefonou para comunicar sua decisão 15 minutos antes da reunião da Executiva, marcada para as 17h de ontem com o objetivo de examinar a deliberação da bancada de deputados.

Machado negou que o governo estivesse temeroso de “possíveis revelações que Arruda

poderia fazer”. Em seu pronunciamento no Plenário, na segunda-feira, Arruda deixara no ar que “teria servido ao governo em situações bem mais graves (do que a violação do painel), sempre com lealdade”.

O líder do PSDB disse que “o governo é transparente e está apurando todas as denúncias que surgiram, não tendo, portanto, nada a temer”. Acrescentou que, somente depois de encerrados os depoimentos no Conselho de Ética, o partido se pronunciará sobre as responsabilidades dos senadores Arruda e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no episódio da violação do painel eletrônico. “Não vamos nos precipitar. Encerradas as investigações, vamos nos pronunciar”, garantiu.

# Ivar diz que violação foi feita a pedido de Arruda

“Ele fez um pedido, que era uma ordem. Pediu que fosse retirada dos computadores uma lista com a votação”, afirmou funcionário do Prodasen, em depoimento ao Conselho de Ética, referindo-se à solicitação do senador José Roberto Arruda

O ex-diretor da “fábrica de programas” do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) Ivar Alves Ferreira afirmou ontem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, num depoimento de duas horas, que o senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) “pediu” que o painel de votações do Senado fosse violado para retirar a lista de votação da sessão que cassou Luiz Estevão.

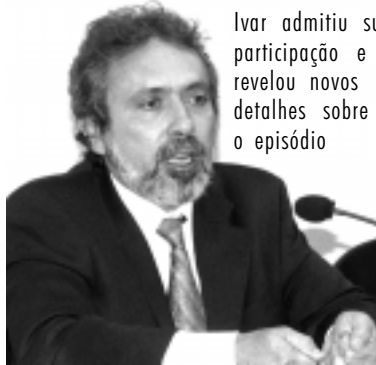
— Ele fez um pedido, que era uma ordem. Ele pediu que fosse retirada dos computadores uma lista com a votação — sustentou.

Segundo Ivar, a ex-diretora do Prodasen Regina Borges contou aos três servidores do Prodasen participantes da operação que Arruda havia “transmitido uma ordem” do então presidente do Senado Anto-

nio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Na segunda-feira, Arruda afirmou em discurso que fez “uma consulta” a Regina sobre se seria possível retirar a lista dos votantes, contestando a versão da ex-diretora em depoimento ao Conselho de Ética. Ivar Ferreira, marido da ex-diretora, confirmou todo o depoimento de Regina Borges e disse que tinha consciência de que estava cometendo uma irregularidade.

Depois de inocentar o técnico em programação de computador Sebastião Gazola Júnior, da empresa Panavideo, “que não sabia de nada”, Ivar acrescentou alguns detalhes ao depoimento da ex-diretora do Prodasen. Ele revelou ter levado para casa o disquete com o programa que alterou a programação dos computadores do painel de vota-



Ivar admitiu sua participação e revelou novos detalhes sobre o episódio

ções, o qual “seria uma prova de que ninguém alterou qualquer voto” da sessão do dia 28 de junho de 2000. Em casa, depois de uma conversa com sua mulher, resolveu destruir o disquete que, no final, foi cortado ao meio com uma tesoura.

Ivar sustentou que “jamais aceitaria” participar de mudanças no painel caso a intenção fosse alterar

os votos da sessão que cassou o senador Luiz Estevão. “Graças a Deus, o laudo da Unicamp confirmou que os votos não foram alterados”, disse. Ivar contou a versão da ex-diretora, segundo a qual ele e o funcionário Hermilo Gomes da Nóbrega trabalharam na madrugada do dia 28 para mudar o programa do painel. Eles só conseguiram isso porque fizeram consultas a Gazola, que trabalhava para a empresa Panavideo na assistência técnica ao painel, sobre como proceder.

Na noite em que Antonio Carlos ligou para Regina para falar da lista, Ivar disse que estava em casa. Quem atendeu o telefone, na versão dele, foi a própria ex-diretora do Prodasen, que lhe disse que Antonio Carlos agradecera pela lista. Para ele, o telefonema foi “um alívio”, pois

até então os dois estavam preocupados, já que a lista não fora entregue diretamente a Antonio Carlos, como prometera Arruda, e sim a um assessor de Arruda.

Ivar garantiu que não leu a lista quando fez uma cópia e a pôs no envelope pardo entregue depois ao assessor de Arruda. Só ele e Regina estavam na sala do Prodasen quando a cópia foi feita. Imediatamente, contou, o disquete teve seu conteúdo apagado. Questionado pelos senadores, Ivar disse que a operação não teve a recusa de nenhum dos envolvidos. “Não foi uma decisão fácil. Eu senti que aquilo era uma missão. Agi assim em solidariedade a Regina, em nome da relação de casamento. Ela estava fragilizada, porque havia enfrentado problemas sérios de saúde”, acrescentou.



Osmar: “Se Regina recebesse um pedido para se demitir, não teria cumprido”



Marina Silva estranhou o fato de Ivar e Regina não terem lido a lista



Roberto Saturnino expressou dúvidas quanto à autoria intelectual



Maldaner questionou Ivar sobre a possibilidade de recuperar dados obtidos

## Mecanismo permite registro irregular de presença, reconhece programador

O programador de computação Sebastião Gazola Júnior disse ao Conselho de Ética que ficou “com muito medo” quando foi procurado por Regina Célia Borges e Ivar Alves Ferreira, depois de a *IstoÉ* ter divulgado a história da violação do painel. Ele contou que se encontrava num *shopping* de Brasília.

— Ivar me telefonou e me procurou no Pátio Brasil e queria que eu entrasse no carro com ele e a mulher para conversarmos. Nessa hora, eu fiquei com muito medo — narrou.

Gazola disse que só aceitou entrar no carro quando Ivar tirou a chave da ignição e a entregou. Na conversa, Regina e o marido pediram que ele mantivesse a violação sob sigilo. Gazola confirmou que foi procurado por volta de “uma ou duas horas da madrugada” do dia 28 de junho de 2000 por Hermilo Gomes da Nóbrega, servidor do Senado que fazia contato quando o Prodasen queria assistência técnica no sistema do painel.

Gazola, que trabalhava na implantação do sistema quando ele ainda estava sob responsabilidade do fabricante, a empresa gaúcha Kopp, foi ao Prodasen e ouviu a versão de que era preciso alterar o sistema, para retirar uma lista em caso de pane durante a votação. Para ele, isso era normal, tendo em vista que

o sistema costuma ter problemas durante as votações. Como se tratava de uma sessão secreta importante, entendeu a preocupação quanto à segurança. Gazola garantiu aos senadores que a mudança que ele ajudou a fazer não permitia que alguém alterasse os votos dados pelos senadores ou que se mudasse o placar final.

Pelos serviços de manutenção, inclusive o trabalho feito em 28 de junho, Gazola recebeu R\$ 1 mil, conforme o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). O programador confirmou e, a pedido de Antero, disse que seu sigilo bancário estava à disposição dos senadores.

Gazola confirmou que existe no programa de computador um “botão macetoso” (de macete), pelo qual o operador do sistema do painel registra a presença dos senadores, fato revelado pelos peritos da Unicamp. A senadora Marina Silva (PT-AC) protestou contra o artifício, alegando que às vezes tem de viajar às pressas de Rio Branco para Brasília “só para registrar a presença e não perder o salário do dia, enquanto outros senadores têm a presença registrada, mesmo sem estar no Senado”. Para o presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet, a investigação deve levar à eliminação dessa possibilidade.



Gazola: “muito medo” ao ser pressionado a negar a quebra de sigilo

## Conselho discute grau de responsabilidade de servidores

A afirmação do funcionário do Prodasen Ivar Alves Ferreira de que o senador José Roberto Arruda fez um “pedido”, e não “deu uma ordem”, para que a ex-diretora do órgão Regina Borges violasse o painel eletrônico provocou debate durante o depoimento do técnico ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Em resposta ao senador Osmar Dias (PSDB-PR), Ivar, que é marido de Regina, disse que “não houve coação” por parte de Arruda. O senador teria dito à então diretora do Prodasen estar agindo em nome do então presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para que fosse obtida lista da votação secreta da sessão de 28 de junho, na qual foi cassado o senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Segundo Ivar, embora Arruda tenha “pedido” a lista, Regina entendeu a sugestão como uma ordem, até porque a origem da demanda seria Antonio Carlos. Por essa razão, a então diretora do Prodasen teria dito a Arruda que sairia do apartamento dele — onde esteve na

noite de 27 de junho, por convocação do próprio líder do governo — “para cumprir uma ordem”.

— Acho que foi um pedido que ela não teve como recusar — disse Ivar, em resposta a Marluce Pinto (PMDB-RR).

— Estranho a generosidade dela. Se ela recebesse um pedido para se demitir do Prodasen, certamente não teria cumprido — questionou Osmar Dias.

A questão da autoria intelectual da violação também foi abordada por Ivar em resposta a indagações feitas pelo relator do caso no Conselho, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). De acordo com o funcionário do Prodasen, Regina disse a todos os participantes da operação de levantamento dos votos — com exceção do prestador de serviços Sebastião Gazola — que Arruda falara em nome de Antonio Carlos.

— Foi um alívio saber que estávamos cumprindo ordem do presidente da Casa. Eu pensava que tudo isso ia passar e que eu jamais pensaria nisso novamente — disse Ivar, que estava em casa quando Anto-

nio Carlos ligou para Regina, acusando o recebimento da lista. No dia em que, preocupada com as notícias dando conta da violação, foi encontrar-se com Antonio Carlos, Regina comunicou a visita a Ivar.

Em resposta a Marina Silva (PT-AC), o funcionário contou que não foi firme na tentativa de demover a esposa da decisão de violar o painel, já que ela estava muito angustiada, além de fragilizada em função de cirurgia recém-realizada.

Vários senadores, incluindo Casildo Maldaner (PMDB-SC) e o presidente do Conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS), questionaram Ivar sobre a possibilidade de recuperação dos dados que geraram a lista de votos entregue a Antonio Carlos. Ele explicou que não restou nenhum registro eletrônico da lista ou do disquete de modificação do programa do painel de votação.

Geraldo Althoff (PFL-SC) e Marina Silva estranharam o fato de Ivar e Regina não terem lido a lista dos votos. Ivar respondeu que essa foi uma decisão combinada pelos participantes da violação.



## Técnico diz que viveu momentos de tensão no "shopping"

Uma cena de tensão no *shopping* Pátio Brasil, localizado no Setor Comercial Sul de Brasília, foi o momento mais marcante do depoimento do prestador de serviços Sebastião Gazola ao Conselho de Ética do Senado. Em resposta ao presidente do conselho, senador Ramez Tebet, Gazola contou como tomou conhecimento de que o painel de votações do Plenário havia sido violado em 28 de junho do ano passado, quando da sessão de votação em que foi cassado o senador Luiz Estevão. Por conhecer bem o funcionamento do painel, Gazola foi chamado pelo grupo que violou o painel para "realizar uma operação de segurança", sem saber do que se tratava. Só em fevereiro, ao ler edição da revista *IstoÉ*, percebeu o que tinha ocorrido.

Segundo Gazola, por volta do dia 21 de fevereiro, ele almoçava com amigos e a namorada no Pátio Brasil, quando comentou sua preocupação em relação ao episódio da violação. Dali a pouco recebeu telefonema do funcionário do Prodasen Ivar Alves Ferreira tentando despreocupá-lo — a operação que haviam feito era "legal" e motivada por exigências de "segurança". Ivar sugeriu que se encontrassem fora do *shopping*. "Não vou, não", teria respondido Gazola, àquela altura já bastante assustado. Ainda assim se dirigiu a um estacionamento lateral do *shopping*, onde Ivar e Regina o teriam convidado a entrar no carro para "dar uma volta". "Não entro, não", disse Gazola aos dois.

— Eles me deram a chave do carro para eu poder me sentar no banco de trás e ficaram me dizendo que a imprensa estava fazendo alarde, e que eu não poderia confessar nada — relatou Sebastião Gazola.

Em resposta ao senador Waldeck Ornêlas (PFL-BA), Gazola confirmou que já não trabalhava mais para a Kopp, empresa que vendeu o sistema de votações ao Senado, quando ajudou a violar o painel. Ele fez o serviço como parte de um programa de ajustes e foi remunerado pela Panavideo, sucessora da Kopp, por determinação do gestor do contrato do painel, Hermilo Gomes da Nóbrega. Em setembro do ano passado, recebeu R\$ 1 mil pelas visitas do programa de ajustes. Conforme Gazola, seu trabalho consistiu em alterar o programa do computador de plenário para que se pudesse obter a lista.

## Assessor recusa-se a abrir sigilo de seus telefones

Alegando ser "uma coisa muito íntima", Domingos Lamoglia de Sales Dias, assessor do senador José Roberto Arruda, recusou-se a abrir o sigilo telefônico de duas linhas celulares que possui. Respondendo ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Domingos disse não saber qual seria o objetivo da quebra do seu sigilo telefônico, uma vez que estava relatando todos os telefonemas que trocou com a ex-diretora do Prodasen Regina Borges.

Domingos afirmou que não viu a lista e que apanhou o envelope com Regina a mando de Arruda. Ele garantiu que soube do conteúdo do envelope através do próprio senador e somente após a denúncia de violação do painel eletrônico publicada pela revista *IstoÉ* e que Arruda não fez qualquer comentário após ver a lista com os votos secretos dos senadores na sessão que cassou o mandato do senador Luiz Estevão. Segundo o assessor, o senador Arruda

saiu em seguida dizendo que se dirigia ao gabinete do então presidente Antonio Carlos Magalhães.

O assessor confirmou que esteve presente nos encontros entre Arruda e Regina, tendo sido ele orientado pelo senador para marcar pelo menos dois dos encontros. Domingos também revelou que, após a matéria de *IstoÉ*, Arruda e ele conversaram bastante sobre "como resolver aquele assunto", mas só decidiu contar a verdade quando o senador também optou por revelar tudo. Domingos ainda informou que, atualmente, é o secretário-geral do PSDB no Distrito Federal. Quanto ao motivo da violação, ele disse não ter condições de responder.



Lamoglia garante que só soube do conteúdo do envelope depois da denúncia da revista *IstoÉ*

## Operador do painel explica que é impossível manipular votos

Heitor Ledur, funcionário do Prodasen, explicou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar como operou o painel no dia em que este foi violado para obtenção da lista com os votos secretos dos senadores na sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão. Ledur disse que é impossível a um operador do sistema interferir, influir ou modificar o voto de um senador, mas que é possível manipular a lista de frequência através de um comando chamado por ele de "botão mascarado".

Heitor Ledur contou que, em 18 anos trabalhando com o painel do Plenário, o fato de a ex-diretora do

Prodasen Regina Borges ter ido à sua casa no meio da noite foi inédito. Ele descreveu o estado de Regina como "muito nervosa e angustiada e, se eu me negasse a fazer o que ela me pedia, tenho quase certeza de que ela ia se ajoelhar aos meus pés". O operador revelou que resolveu confessar no terceiro depoimento à comissão de inquérito porque percebeu que, após as descobertas da perícia feita pela Unicamp, "o único e exclusivo culpado seria eu".

Ele assinalou que Regina havia prometido que nada aconteceria com ele e com o outro funcionário do Prodasen envolvido, Hermilo Gomes da Nóbrega. Ledur disse ainda que Regina solicitou ajuda para violar o painel alegando ser uma ordem expressa da Presidência do Senado. Segundo ele, Regina Borges deixou bem claro que "não se admitia um não como resposta".



Heitor Ledur: é possível manipular lista de frequência



Hermilo Gomes da Nóbrega afirmou ao Conselho de Ética que não teve "como dizer não" quando lhe foi pedido para ajudar na quebra do sigilo dos votos

## Hermilo confirma versão da ex-diretora do Prodasen

O funcionário do Prodasen Hermilo Gomes da Nóbrega também confirmou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar todo o depoimento feito semana passada pela ex-diretora Regina Borges. Disse ainda que viveu "num inferno" desde então. "Até hoje ainda tomo Lexotan para agüentar", afirmou o servidor, que no Prodasen era responsável pelos computadores do painel.

Hermilo explicou que não teve "como dizer não" à ex-diretora do Prodasen quando ela o procurou, junto com outros dois funcionários, para que fosse encontrada uma forma de copiar a lista com os votos da sessão em que seria decidido o futuro do

então senador Luiz Estevão. "Peço desculpas a todos que neguei o episódio, inclusive às minhas filhas."

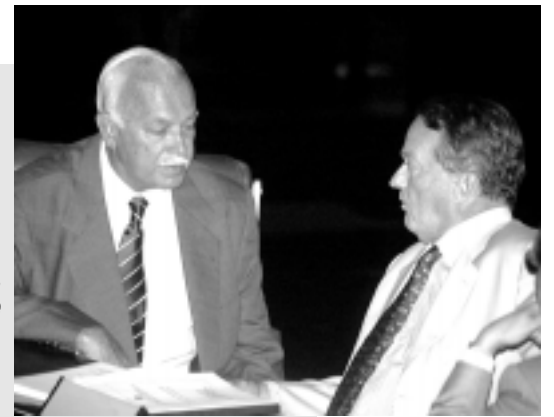
Para ele, a ordem da ex-diretora, que estava acompanhada de outro ex-diretor (Ivar Alves Ferreira), "era direta e inquestionável". Hermilo disse também que ela sustentou ter ouvido do senador José Roberto Arruda que a ordem partira do então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Ele explicou ainda que a empresa fabricante do painel teve seu contrato com o Senado suspenso "por uma série de problemas" técnicos e, mais tarde, acabou entrando na Justiça contra o rompimento do contrato.

## ACM será ouvido amanhã pelo Conselho de Ética

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Ramez Tebet, anunciou que o senador Antonio Carlos Magalhães concordou em falar ao colegiado amanhã, quinta-feira, a partir das 14h30. É o depoimento mais esperado, uma vez que a ex-diretora do Prodasen Regina Borges garantiu ter ouvido do senador José Roberto Ar-

ruda que a ordem para impressão da lista de votação teria partido do senador Antonio Carlos, à época presidente do Senado.

Ramez Tebet comunicou ao plenário do conselho que pretende convidar Arruda para também falar nesta quinta-feira, em horário diferente do depoimento de Antonio Carlos.



Antonio Carlos (ao lado de Jorge Bornhausen) confirmou depoimento

# Jader Barbalho reage contra as "punições antecipadas"

Presidente do Senado Federal manifesta confiança no trabalho do Conselho de Ética e defende "serenidade" na apuração de denúncias

O presidente do Senado, Jader Barbalho, pediu ontem confiança no trabalho do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre a violação do painel de votação e advertiu contra "punições antecipadas". Ele disse também que está "tranqüilíssimo" de que em breve ficará comprovado que as denúncias envolvendo o nome de



Jader Barbalho se disse "tranqüilíssimo" quanto ao caso Sudam

sua esposa, Márcia Centeno, em irregularidades na Sudam não passam de "uma grande levandade".

— Há uma interpelação e nós estamos aguardando. O prazo é de 48 horas e está se esgotando. Vai ficar muito claro que tudo isso não passou de uma grande pirotecnia — afirmou.

Jader reagiu à tese segundo a qual a pressão da sociedade pela punição dos senadores José Roberto Arruda (sem partido-DF) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) se estenderia às investigações na Sudam, terminando por atingi-lo:

— Não vamos misturar as coisas. Esse país é regido pelo estado de direito. Acusar faz parte do contraditório democrático, e se defender também. Acho tudo isso ridículo, espalhafatoso. É o meu sentimento a respeito dessa questão. Quanto ao que está em exame no Conselho de Ética, vamos ter serenidade: vai ser apreciado, o Conselho vai tomar sua decisão, e o Senado posteriormente — completou.

O senador vê as investigações, inclusive a da Polícia Federal sobre Márcia Centeno, como parte do processo democrático:

— Não somos absolutamente contra investigação de ninguém, nem da Márcia, nem do presidente da República, nem de ninguém nesse país. Quem tiver que ser investigado, que seja. Considero isso profundamente democrático, numa sociedade que tem lei e está sendo organizada administrativamente.

O presidente do Senado adver-

tiu, porém, que é necessário evitar "punições antecipadas":

— Tudo deve ser examinado cuidadosamente, para que episódios como o do Alcení Guerra (ex-ministro da Saúde, responsabilizado pela mídia por irregularidades não comprovadas) não venham a se repetir. Quando a honra das pessoas é atingida, mesmo que comprovada a impropriedade, elas já foram penalizadas. A única coisa que não desejo é isso, porque, por uma satisfação quase sádica, alguns se comprazem em punir antecipadamente. Investigação faz parte da sociedade organizada no regime democrático. Agora, não vamos ser sádicos, e achar que as pessoas devem ser punidas antecipadamente — enfatizou.

Jader defendeu o Conselho de Ética da insinuação de que o resultado do inquérito seria manipulado politicamente. "Não percebo qualquer movimento no sentido nem de deliberadamente incriminar nem de excluir responsabilidades", afirmou. E confirmou seu voto contra a cassação de Luiz Estevão: "Eu era líder do PMDB, meu voto foi público".

## Senado aprova requerimento de louvor aos ministros Serra e Lafer

O Senado aprovou requerimento do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) para envio de voto de louvor aos ministros da Saúde, José Serra, e das Relações Exteriores, Celso Lafer, pela aprovação quase unânime da resolução brasileira apresentada na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas,



Eduardo propôs a homenagem, pela ação junto à ONU

considerando "um direito da humanidade" o acesso gratuito a medicamentos imprescindíveis para combate de pandemias como a Aids.

Ao encaminhar o requerimento, Eduardo enfatizou que medicamentos não podem ser tratados como produtos de consumo. Ele considerou a aprovação da resolução brasileira, por 52 votos e apenas uma abstenção, como a consagração internacional definitiva desse princípio. "Foi um não definitivo aos laboratórios internacionais que se negavam a liberar as patentes de seus medicamentos, alegando altos investimentos em pesquisa", disse.

O senador afirmou que o combate à Aids tem sido uma das maiores lutas das autoridades de saúde de todos os países do mundo, em especial do Brasil. Nesse embate, nenhuma outra medida mostrou-se tão eficaz, para evitar a mortalidade, quanto à distribuição aos pacientes soropositivos dos medicamentos que compõem o coquetel anti-Aids, observou.

Ele lembrou que, depois de o

Brasil passar a distribuir gratuitamente o coquetel, o número de mortes caiu pela metade. "A distribuição gratuita somente se tornou possível com a fabricação, em território nacional, da maior parte desses medicamentos", afirmou Eduardo.

Discursando em seguida, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) enalteceu a competência das autoridades brasileiras no enfrentamento dessas multinacionais dos medicamentos que, a seu ver, privilegiam o lucro, impedindo o tratamento das populações pobres do mundo.

Em aparte, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) associou-se ao voto de louvor aos ministros, dizendo que aprendeu a reconhecer e aplaudir o bom trabalho do governo, mesmo sendo um integrante da oposição. "Os laboratórios internacionais vão ceder somente por causa do desgaste na opinião pública dos países ricos", garantiu.

Também em aparte, Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou que a aprovação da resolução brasileira, nas Nações Unidas, consagra a distribuição gratuita de medicamentos como um direito das populações pobres do mundo. Ela terá conseqüências relevantes para o enorme contingente de soropositivos do Brasil e de outros países em desenvolvimento, dando-lhes uma sobrevida, apesar da virulência da Aids, destacou.

## Jucá elogia discurso de FHC em reunião da Cúpula das Américas

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) considerou "coerente e corajoso" o pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, sobre a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), feito durante a reunião da Cúpula das Américas realizada em Quebec, no Canadá.

Entre os trechos do discurso destacados por Jucá, estão aqueles em que o presidente defendeu a democracia como pré-requisito para a inclusão de qualquer país no bloco econômico e aquele em que manifestou sua esperança



Para Jucá, Fernando Henrique foi "coerente e corajoso"

de que Cuba possa integrar-se à Alca. O senador registrou o entendimento do presidente da República de que, dessa maneira, "as mais diferentes Américas, com todos os seus contrastes, estariam integradas", compartilhando o objetivo de alcançar progresso econômico e justiça social.

Jucá ressaltou que a Alca, na avaliação do presidente, será bem-vinda se permitir o acesso do Brasil a mercados mais dinâmicos. A redução das barreiras não-tarifárias foi uma das reivindicações de Fernando Henrique.

### Divulgados documentos para rebater acusações

A assessoria do presidente do Senado, Jader Barbalho, distribuiu ontem cópias de documentos para esclarecer denúncias de envolvimento de sua esposa, Márcia Cristina Zaluth Centeno, em desvio de recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Um deles é o recibo de entrega da declaração do Imposto de Renda de 1997, ano-base 1996, no qual consta o lançamento de "207 cotas de capital da Empresa Agropecuária Campo Maior Ltda.", no valor de R\$ 207,00.

Também foi apresentado relatório de fiscalização nº 268/99, da Diretoria de Acompanhamento de Projetos da Sudam, que atesta ser de R\$ 422.154,82 o total de recursos administrados pela entidade no empreendimento da Centeno & Moreira S.A. Segundo a assessoria de Jader, seria impossível realizar o desvio de cerca de R\$ 9 milhões, como consta nas denúncias, a partir desse valor.

### Corregedor procura disquete com o programa que permitiu a fraude

A Polícia Federal foi encarregada de examinar 56 disquetes encontrados pela Corregedoria do Senado na sala de Ivar Alves Ferreira, ex-diretor da "fábrica de programas" do Prodasen. No início da tarde de ontem, Ivar tentou identificar, sem sucesso, o disquete em que copiou a lista de votação para que fosse encaminhado à Polícia Federal.

De acordo com o corregedor do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), o disquete usado para copiar a lista de votações "é a prova material do crime". Ele encarregou Paulo Lacerda, ex-delegado da Polícia Federal e hoje assessor da Corregedoria, de tentar encontrar o disquete.

Ivar Alves Ferreira é marido da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Borges, que confessou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado a violação do painel. Ele confirmou ao corregedor do Senado que trabalhou durante toda a madrugada do dia 28 de junho passado em um programa que modificasse o sistema do painel, permitindo a retirada de uma lista com os nomes dos senadores e seus votos na sessão que cassou o mandato do então senador Luiz Estevão.

Ivar Alves Ferreira conta que destruiu o disquete que modificou o programa do painel. Ele fala que usou inclusive uma tesoura para cortá-lo ao meio. Já o disquete usado para copiar a lista teria sido desgravado, mas o ex-delegado Paulo Lacerda exigiu que os 56 disquetes encontrados na sala de Ivar Ferreira sejam examinados por peritos da Polícia Federal.

# CAE aprova novas regras para registro de imóvel rural

A proposta, de autoria do Executivo e que será ainda apreciada pelo Plenário, determina que o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural deverá ser acompanhado de certidão de quitação do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador Osmar Dias (PSDB-PR) favorável ao projeto de lei do Executivo que altera as regras sobre cadastro, tributação e registro de imóveis rurais, com o objetivo de coibir a grilagem de terras no Brasil. A matéria, que já tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tramita em regime de urgência, recebeu uma emenda na CAE e agora será apreciada pelo Plenário.

Conforme a proposta, o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) passará a ser acompanhado de certidão de quitação do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR). E os cartórios devem mencionar nas escrituras o código, a denominação e a localização da propriedade, além do nome



A CAE também iniciou a discussão do pedido do Executivo para tomar empréstimo de US\$ 757,6 milhões no Banco Mundial

e nacionalidade do proprietário. Osmar Dias havia apresentado emenda eliminando a obrigatoriedade de o proprietário apresentar levantamento topográfico georreferenciado no caso de parcelamento do imóvel. O argumento era que a exigência elevaria os custos da atividade agrícola, principalmente para pequenas e médias propriedades.

O líder do governo, senador

Romero Jucá (PSDB-RR), manifestou-se contra a emenda. Em sua opinião, o levantamento é medida essencial para garantir a fidedignidade das informações sobre as propriedades e o controle pelo poder público. Acordo foi possível graças à proposta do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), que ofereceu emenda determinando que o levantamento topográfico será feito sem

ônus no caso de propriedades com até quatro módulos fiscais.

## EMPRÉSTIMO EXTERNO

Na mesma reunião, a CAE, presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), iniciou a discussão do pedido do governo federal para contratar empréstimo externo de US\$ 757,6 milhões no Banco Mundial. Segundo o relator, senador José Agripino (PFL-RN), os recursos estão sendo disponibilizados em reconhecimento à implantação de reformas estruturais nas áreas fiscal, administrativa, de gerenciamento de recursos públicos e de gestão da dívida pública. Agripino informou ser essa uma nova modalidade de ajuda financeira do Banco Mundial, pressupondo que o país beneficiário tenha adotado programa de ajuste do setor público. A matéria será votada em reu-

nião extraordinária da CAE, marcada para as 9h desta quinta-feira.

— A contratação de operações financeiras dessa natureza se insere na busca de alternativas para o financiamento de longo prazo do Tesouro Nacional, em condições mais favoráveis às prevalentes e disponíveis no mercado, contribuindo para o fortalecimento das reservas externas — afirmou Agripino. Ele salientou que empréstimos com custos de 11% a 12% ao ano serão substituídos por esse proposto pelo Banco Mundial com custo efetivo de 6,03% ao ano.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) pediu vista do processo e solicitou cópia da carta de política setorial citada no parecer do procurador-geral da Fazenda sobre o empréstimo. A matéria volta à pauta na próxima reunião da CAE.

## Acolhidas programações monetárias para o primeiro semestre de 2001

As programações monetárias para os dois primeiros trimestres de 2001, encaminhadas pelo Banco Central ao Senado, foram aprovadas por decurso de prazo, informou o relator das matérias na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE),



Bello Parga relatou na CAE as matérias encaminhadas pelo BC

senador Bello Parga (PFL-MA). Segundo disse, a lei de 1995 estabelecendo as regras e condições para emissão do real determina que o Congresso Nacional pode rejeitar a programação monetária, com base em parecer da CAE, no prazo de dez dias a contar do recebimento.

Decorrido o prazo, disse o relator, caso a matéria não tenha sido apreciada em Plenário, será considerada aprovada. Assim, Parga sugeriu o arquivamento das mensagens presidenciais que acompanham os relatórios do BC.

— É conhecido que uma série de fatores impediu o funcionamento completo desta

Casa nos últimos meses — afirmou o relator, ao mencionar que os estudos do Banco Central demonstram compatibilidade entre a emissão de moeda e os objetivos governamentais de contenção da inflação e desenvolvimento econômico.

Segundo o senador Jefferson Péres (PDT-AM), o fato demonstra que o Congresso Nacional abdica de seus poderes, “seja por negligência, seja pela falta de um corpo técnico capaz de elaborar um parecer bem fundamentado”. Como exemplo, ele citou as contas do presidente da República referentes ao exercício de 1997, que ainda não foram apreciadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

— Isso aqui vira mero ritual, formalidade e às vezes ficamos discutindo abobrinhas. Não estou culpando ninguém. A culpa é inclusive minha, de todos nós e de nenhum de nós em particular, de ninguém. Lamento o acontecido, pois a programação

monetária é muito importante e tem efeitos na evolução da inflação — disse Jefferson, com o apoio do atual e do ex-presidente da CAE, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Ney Suassuna (PMDB-PB), respectivamente.

Jefferson pediu que o Legislativo aprove o quanto antes uma lei que redefina o papel do Banco Central, com dispositivo que preveja a duração do mandato do presidente da instituição, que teria de discutir, trimestralmente, a política monetária com o Senado, a exemplo do que acontece com o presidente do Federal Reserve, o Banco Central americano.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) também lamentou que o debate não aconteceu como deveria. Ele ressaltou, porém, que os indicadores da programação monetária de janeiro a junho de 2001 demonstram a dívida pública da União consolidada e informam o perfil da dívida em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, com base na análise sobre taxa de juros e desemprego, pode-se concluir que há uma tendência de estabilidade monetária, acrescentou.

## Comissão adia decisão sobre Área de Livre Comércio do Oiapoque

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discutiu ontem parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS) contrário ao projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que cria a Área de Livre Comércio (ALC) do Oiapoque (AP). Segundo Fogaça, o Amapá já tem a ALC de Macapá-Santana, “muito bem-sucedida e gozando de benefícios fiscais”.

O relator informou ainda que, de acordo com regras estabelecidas pelo Mercosul, toda vez que for criada uma ALC, o conselho do mercado comum deve ser consultado, o que não aconteceu.

Fogaça afirmou também que o presidente da República está vetando todos os projetos que dispõem sobre zonas de livre comércio, a exemplo da de Cáceres (MT). Observou ainda que as áreas, em vez de minimizar as desigualdades regionais, podem aumentar a disparidade de mu-



José Fogaça elaborou parecer contrário à proposta

nicípios vizinhos. A discussão foi encerrada devido ao pedido de vista feito pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

## HABITAÇÃO

Na mesma reunião, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) pediu que o projeto estabelecendo normas para investimento público em habitação em áreas não metropolitanas fosse retirado de pauta para novo exame pela comissão.

O presidente da CAE também anunciou o adiamento da apreciação da mensagem presidencial que indica o advogado Fernando de Magalhães Furlan para o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão vinculado ao Ministério da Justiça. A CAE é responsável pela sabatina do indicado e pela votação secreta do parecer sobre a matéria, que, no caso, está a cargo do senador Freitas Neto (PFL-PI).



Sebastião Rocha é autor do projeto que institui a área

# CE aprova Prêmio João Calmon para prefeitos que garantam acesso à escola

Plenário vai discutir a proposta de José Roberto Arruda que visa premiar quem oferecer ensino a todas as crianças entre sete e 14 anos mediante a concessão de bolsa-escola

Foi aprovado ontem, por unanimidade, pela Comissão de Educação, projeto do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) que institui o Prêmio João Calmon a ser conferido pelo Senado Federal ao prefeito que garantir o acesso e a permanência na escola de toda criança com idade entre 7 e 14 anos, mediante a concessão de bolsa-escola. Caberá ao Senado conferir a premiação, e à Comissão de Educação, com a colaboração do Ministério da Educação, aferir anualmente a lista de prefeituras que receberão o prêmio. O projeto será agora apreciado pelo Plenário.

O relator da matéria, Gerson Camata (PMDB-ES), destacou que a bolsa-escola – cujos valores variam



Senadores destacaram, na reunião da CE, o papel de João Calmon na luta pela melhoria da qualidade e ampliação do acesso à educação no Brasil

de R\$ 15 a R\$ 45 por mês – propiciará o acesso à escola de cerca de dez milhões de crianças em todo o país, constituindo-se em um passo

significativo na política de erradicação do analfabetismo e de universalização do conhecimento.

O senador Hugo Napoleão (PFL-

PI) aplaudiu a homenagem ao falecido senador João Calmon. Ele lembrou que o homenageado dedicou sua vida à causa da educação, tendo sido o responsável pela fixação de um percentual de 25% dos orçamentos estaduais para o setor. A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) também saudou a iniciativa, lembrando que Calmon entendia que “educação se faz com recursos”.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse que “esse é o homem da educação nas últimas décadas”, enquanto o senador Francelino Pereira (PFL-MG) lembrou que, além de haver dedicado seus três mandatos à educação, Calmon também foi um nome importante para o jornalismo brasileiro.

## Três ministros serão ouvidos pela comissão

Os ministros da Educação, Paulo Renato Souza, de Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, e da Cultura, Francisco Weffort, deverão ser ouvidos nas próximas semanas pela Comissão de Educação (CE) sobre as diretrizes e os programas prioritários dos respectivos ministérios no ano de 2002, conforme requerimento aprovado ontem.

A proposta apresentada pelo presidente da CE, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), objetiva iniciar uma colaboração mais efetiva da comissão às autoridades responsáveis pela elaboração de políticas públicas.

Para o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), a iniciativa de Ricardo Santos é pertinente, “porque temos de implementar mudanças profundas

em nosso modelo educacional”. Nesse sentido, ele citou projeto de sua autoria que institui a escola mista como forma de co-gestão entre o governo e a sociedade.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) também apoiou o presidente da CE, defendendo a importância de os diretores de escolas substituírem o sistema de merenda por atacado. “Fizemos isso no Tocantins com grande êxito”, disse.

O senador Freitas Neto (PFL-PI) propôs que, após as três primeiras audiências públicas, a CE convide também os ministros do Esporte e Turismo, Carlos Melles, e das Comunicações, Pimenta da Veiga. Essas áreas também estão relacionadas à comissão, argumentou.

## Aeroporto de Uberlândia poderá ter novo nome

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto relatado favoravelmente pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) que dá a denominação de “Aeroporto de Uberlândia – Ten. Cel. Aviador César Bombonato” ao aeroporto da cidade de Uberlândia (MG).

Também foi aprovado requerimento do senador Francelino Pereira (PFL-MG), solicitando que projeto do Senado que dispõe sobre o controle de autenticidade de cópias de obras audiovisuais em videograma seja apreciado pela Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática.

Na mesma reunião, foram

aprovados sete projetos de decreto legislativo renovando ou outorgando permissão para exploração de serviços de radiodifusão sonora. As rádios beneficiadas foram as seguintes: Rádio Cultura de Divinópolis, de Divinópolis (MG); Fundação Padre Antônio Bezerra de Menezes, de Itapipoca (CE); Rádio Clube FM Iturama, de Iturama (MG); Sistema FM de Rádio, de Formiga (MG); Associação Comunitária Clube do Machadinho de Radiodifusão, de Lauro Müller (SC); Fundação Educacional e Cultural Pedrense, de Itápolis (SP); e Associação Batataense Cultural – ABC, de Batatais (SP).



Carlos Patrocínio pediu apoio dos senadores para o projeto que impede a extinção da Valec

## Patrocínio elogia resgate da memória do Tocantins

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou ontem o projeto Tocantins Memória Viva, de iniciativa do governador Siqueira Campos, que pretende resgatar a história do estado, tendo como ponto de referência o ouvidor português Joaquim Theotônio Segurado, que liderou o movimento pela autonomia do norte da Província de Goiás.

O projeto, que é coordenado pelos secretários estaduais de Comunicação, Sebastião Vieira de Melo, e da Cultura, Kátia Rocha, conta com a participação de acadêmicos e pesquisadores. A equipe que trabalha no projeto, informou Patrocínio, já realizou viagens de pesquisa às cidades de Paranã e Porto Nacional, onde foi encontrada a casa em que teria vivido o ouvidor português, considerada o marco inicial do estado do Tocantins.

Ao final de seus trabalhos, disse Patrocínio, a comissão pretende publicar um livro sobre a história do estado do Tocantins, com o apoio de pesquisadores individuais como Dejalme Aires da Silva, parente de segundo grau de Maria Ayres da Silva, esposa de Simplício Theotônio Segurado, filho do ouvidor Joaquim Theotônio Segurado.

Em aparte, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) lembrou que o ouvidor Joaquim Theotônio Segurado “ousou dizer que Palmas seria uma cidade melhor para se viver do que Lisboa e que o rio Tocantins seria uma grande via econômica”.

Em outro trecho de seu pronunciamento, Patrocínio pediu o apoio dos demais senadores para o projeto de lei da Câmara que impede a extinção da Valec. O senador registrou o manifesto de apoio à continuidade das obras da Ferrovia Norte-Sul, assinado por todos os governadores presentes ao encontro do PFL, realizado na segunda-feira em São Luís, no Maranhão.

## Maria do Carmo destaca sesquicentenário de Sílvio Romero

O sesquicentenário de nascimento do escritor, filósofo, ensaísta e político Sílvio Romero, comemorado em 21 de abril, foi o tema do pronunciamento da senadora Maria do Carmo (PFL-SE) ontem. “Romero realizou sozinho o que normalmente teria sido obra de dez ou doze sábios ou eruditos dispostos a romper com a rotina ou ortodoxia acadêmica”, afirmou a senadora, citando comentários de outro intelectual fundamental para o Brasil, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre.

Maria do Carmo informou que a

obra completa de Sílvio Romero está sendo organizada sob a coordenação do jornalista Luiz Antônio Barreto, da Academia Sergipana de Letras, para ser editada até o final do ano pela Universidade Federal de Sergipe. Para marcar a data, a universidade

de promove esta semana um seminário sobre a obra de Romero, reunindo intelectuais brasileiros e portugueses.



Muitos pensamentos de Romero continuam atuais, diz Maria do Carmo

Sílvio Romero foi, conforme a avaliação da senadora, um intelectual sintonizado com a sua época, preocupado mais freqüentemente com o imperialismo econômico, a alienação cultural e a pouca solidez da estrutura econômico-social do país. “Muitos dos seus pensamentos, expostos em livros, artigos e discursos, não perderam a atualidade”, disse a senadora, para quem a obra

de intelectual serve à análise do fenômeno atual da globalização.

### POLÍCIA RODOVIÁRIA

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) apartou a senadora para saudar a presença em Plenário de grupo de policiais rodoviários federais que pleiteiam o pagamento de gratificação por operação de risco, a exemplo dos policiais federais. “Estes profissionais merecem ser recompensados pelo risco que correm no cumprimento de sua missão”, observou Juvêncio. Maria do Carmo solidarizou-se com a reivindicação dos policiais.



## Ademir protesta contra mudanças na gerência do PET

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) protestou ontem contra a decisão do governo de transferir, para a Secretaria de Educação Superior (Sesu), a gerência do Programa Especial de Treinamento (PET), que antes estava a cargo da Coordenação de



Para Ademir Andrade, alterações vêm dificultando os pagamentos

Aperfeiçoamento de Pessoal para o Ensino Superior (Capes). Segundo disse, a transferência dificultou ainda mais os trâmites operacionais e, atualmente, não se sabe quando ou se serão efetuados os pagamentos. Os repasses destinados aos professores-tutores também não estão sendo feitos, ressaltou o senador.

Ademir lembrou que a reestruturação do PET vem sendo discutida desde o início do segundo semestre do ano passado, quando o secretário de Educação Superior anunciou o fim do programa. Na ocasião, esclareceu, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, prometeu que o PET não

seria extinto e que seria formado comitê com a participação de técnicos, bolsistas, tutores e parlamentares para discutir mudanças no programa.

— Numa lamentável demonstração de pouco apreço pela palavra empenhada, o Ministério da Educação não formou o comitê e elaborou a proposta no próprio ministério, sorrateiramente. A nova versão do programa, que desfigura inteiramente o projeto inicial, trocou o nome “extinção” por “novo programa”, numa atitude incoerente e arbitrária.

O senador revelou que o novo programa exclui as instituições que não participam do Provão e cortará cerca de 1.200 bolsas; o PET, em sua estrutura atual, possui 3.700 bolsistas. Ele também disse que as taxas acadêmicas voltarão a ser cobradas e serão extintas definitivamente as bolsas-tutores, mudando-se o termo “tutor” para “coordenador”.

## Valadares alerta para conivência do Estado com violência policial

A violência praticada pela polícia e por grupos de extermínio levou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) a fazer ontem pronunciamento alertando para a conivência do Estado com relação a esses fatos. De acordo com Valadares, a situação é preocupante e estarrecedora,



Valadares considera que a situação é preocupante e estarrecedora

depois grande parte dos homicídios ocorridos no Brasil, sobretudo nos centros urbanos, é de autoria de policiais e grupos organizados.

Segundo o senador, o relatório *Execuções Sumárias, Arbitrárias ou Extrajudiciais — uma Aproximação da Realidade Brasileira*, produzido por entidades de defesa dos direitos humanos, mostra que, a cada ano, cerca de 2 mil pessoas são executadas pela polícia, por outros agentes do Estado e por grupos de extermínio. É registrado também grande número de vítimas nos conflitos de terra e naqueles motivados por intolerância racial ou preferência sexual.

Após ser lançado simultaneamente

em diversas capitais brasileiras, o relatório será apresentado na 57ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra.

— Os dados coletados pelas entidades que integram o Movimento Nacional dos Direitos Humanos demonstram que a violência policial e dos grupos de extermínio é maior nos grandes centros urbanos. Esse fato vem comprovar que o conflito social não é gerado pela pobreza, mas pela exclusão social de largas parcelas da sociedade, em contraposição à concentração de renda de alguns segmentos.

O senador citou matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição do último dia 18, em que o diretor do Centro de Justiça Global, James Cavallaro, destaca que o número de homicídios praticados no país — mais de 23 mil somente no primeiro semestre de 1999 — é um dos mais altos entre os países de toda a América.

# Senado vota PEC que altera início de tramitação de projeto

A proposta, de Waldeck Ornélas, determina que as matérias referentes à estrutura federativa sejam primeiramente votadas no Senado

Com o propósito de pôr fim à imagem do Senado como Casa revisora das decisões da Câmara, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) elaborou a proposta de emenda à Constituição determinando que os senadores votem antes dos deputados os projetos concernentes à estrutura federativa. A proposta será votada hoje em segundo turno, e o parlamentar tem certeza de que, como no primeiro turno, o texto terá mais uma vez a unanimidade do Plenário.

Ornélas argumenta, em favor da proposta, que o Brasil é um país continental, heterogêneo e desigual, precisando de um Senado forte e preocupado em reduzir as diferenças, sobretudo econômicas, existentes na Federação. Ele diz que sua proposta dá “uma identidade diferenciada ao Senado”, criado com a incumbência de representar os estados da Federação. A Câmara, ao contrário, incumbida de representar o povo, deve a seu ver preservar o papel de iniciadora da votação de quaisquer outros projetos.

— Desde o início do meu mandato, preocupei-me com o fortalecimento do Senado. Em 1995, quan-



Ornélas: objetivo é pôr fim à imagem do Senado como Casa revisora da Câmara dos Deputados

do surgiu um debate sobre a desnecessidade da Casa, comecei a trabalhar sobre a idéia de fortalecer o Senado como a Casa da Federação — assinalou o senador.

Ornélas disse que foi com essa preocupação que apresentou também a proposta de emenda constitucional que pretende acabar com a guerra fiscal entre os estados. A proposta incumbe o Senado de fixar condições para que um estado possa conceder vantagens, como incentivos fiscais, visando à atração de novas empresas em seu território.

## Proposta teve ontem segundo dia de discussão

Transcorreu ontem o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que modifica a tramitação das propostas que interferem nas relações entre os entes da Federação. De autoria

do senador Waldeck Ornélas, a proposta determina que matérias com esse caráter sejam discutidas e votadas primeiramente no Senado, para só depois serem analisadas pela Câmara dos Deputados.

Também na sessão de ontem, os senadores decidiram que deve sofrer nova análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto que criminaliza a prática do trabalho escravo.

## Plenário aprova a criação de novos cargos no Hospital das Forças Armadas

O Hospital das Forças Armadas (HFA), sediado em Brasília, poderá criar 1.013 empregos. É o que determina projeto do Executivo aprovado ontem pelo Plenário. A proposta autoriza a criação de 176 vagas para especialistas em medicina e em odontologia, 110 para a área complementar de saúde e 727 para técnicos de saúde de nível médio, a serem preenchidas mediante concurso público. Os salários variam de R\$ 956,62 a R\$ 1.913,04, para os cargos de nível médio, e de R\$ 2.065,80 a R\$ 4.435,50, para os

de nível superior.

Relator do projeto, o senador Bello Parga (PFL-MA) ressaltou a conveniência e a oportunidade da iniciativa, uma vez que os empregos a serem criados evitarão a paralisação dos serviços essenciais de saúde no âmbito das Forças Armadas. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apoiou a proposta, lembrando a necessidade de pessoal qualificado no HFA, que deverá abrigar, em Brasília, unidade do Instituto do Coração (Incor) de São Paulo. A proposta vai agora à sanção presidencial.



Bello Parga ressaltou a conveniência e a oportunidade da iniciativa governamental

# Empresário diz que emprestou dinheiro a Eurico Miranda

Reinaldo Menezes Pitta, que é tesoureiro da associação de empresários de futebol, promete abrir sigilos bancário e fiscal

O empresário Reinaldo Menezes da Rocha Pitta admitiu, em depoimento prestado ontem à CPI do Futebol, que emprestou dinheiro ao deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), a seu filho Miguel Ângelo e ao ex-técnico da Seleção Brasileira Carlos Alberto Parreira. "Emprestei porque temos uma relação de intimidade, de carinho, de família, de amizade profunda", disse o empresário, que é dono da Gortin Promoções Ltda. e agencia 120 jogadores de futebol, entre profissionais e amadores. Ele também empresaria o jogador Ronaldo Nazário de Lima, o Ronaldinho.

Em resposta às indagações do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), Reinaldo Pitta negou que tenha contas bancárias no exterior ou que tenha efetuado depósitos em paraísos fiscais. O empresário, pressionado pelo relator e pelo presidente da CPI, senador Álvaro Dias



Reinaldo Pitta (D) é empresário de 120 jogadores, entre os quais Ronaldinho



(PSDB-PR), prometeu abrir seu sigilo bancário e fiscal.

Pitta salientou, no entanto, que é o tesoureiro da associação de empresários de futebol, que se opõe às quebras de sigilo pedidas pela CPI. A associação agrega os 17 empresários que agenciam jogadores brasileiros e são reconhecidos pela Fifa.

Álvaro Dias criticou a associação de empresários por tentar obstruir os trabalhos da CPI, por meio de liminares na Justiça. "Só podemos

deduzir que esses empresários temam que suas negociatas sejam trazidas à luz pela CPI", disse o senador. Althoff salientou que os empresários da Fifa chegaram a exigir a extinção da CPI do Futebol.

Ao senador Maguito Vilela (PMDB-GO), Pitta admitiu que mantém negócios com o clube Goiás, e com todos os grandes clubes brasileiros. Ao senador Geraldo Cândido (PT-RJ), Reinaldo Pitta afirmou que seu trabalho auxilia os jogadores, defendendo seus interesses.

## Zico defende campeonatos infanto-juvenis

O ex-jogador do Flamengo e da Seleção Brasileira Arthur Antunes Coimbra, o Zico, ouvido ontem pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol, manifestou preocupação com os jovens atletas. Para ele, é preciso organizar

campeonatos infanto-juvenis que incentivem os jovens atletas. Zico disse também que conseguiu quebrar alguns tabus no esporte, com sua proposta de reforma legislativa, há dez anos, quando foi



Zico diz ter iniciado reforma no esporte

ministro dos Esportes. Citou como exemplos a Lei do Passe, a eleição nas federações e a concepção de clube-empresa.

Incentivado pelo senador Álvaro Dias a candidatar-se à presidência da Confederação Brasileira de Futebol (CBF),

Zico disse que não poderia fazê-lo por uma questão de ética. Ele lembrou que é dono de um clube de futebol, o Rio de Janeiro. "Por eu ter sido secretário dos Esportes, presidente de sindicato e exer-

cer a direção de um clube, eu me sinto preparado para sentar-me em qualquer cadeira relativa ao futebol", disse Zico, salientando, no entanto, que teria que se desfazer de seu clube para ficar desimpedido eticamente. Ele criticou a CBF e indicou o nome do ex-jogador Sócrates para presidir a entidade esportiva.

Quanto ao Flamengo, clube do qual é sócio benemérito e conselheiro, Zico afirmou lamentar o fracasso da parceria com a ISL, tentada pela atual diretoria.

A CPI ouve hoje, às 10h, o depoimento do empresário Juan Figger.

## Cultura ao Meio-Dia exhibe "O Auto da Compadecida"

O filme *O Auto da Compadecida*, dirigido por Guel Arraes, que o projeto Cultura ao Meio-Dia, do Senado Federal, apresenta hoje, no Auditório Petrônio Portella, faz parte de um novo momento do cinema brasileiro, que se iniciou com o sucesso e a repercussão de *Central do Brasil*, de Walter Salles Júnior.

Adaptado da peça homônima de Ariano Suassuna, inicialmente como minissérie, *O Auto da Compadecida* ganhou todos os prêmios da crítica e teve altos índices de audiência, além de merecer elogios de Ariano, que também aprovou sua versão para o cinema.

Ao interpretarem João Grilo e Chicó, os atores Mathews Nachtergale e Selton Melo mereceram elogios pelo tom apropriado com que levaram seus

personagens para a tela. Vivendo uma Nossa Senhora nordestina, que destoa da santa cultuada, Fernanda Montenegro tem uma participação curta, mas notável.

O filme conta a história de João Grilo e Chicó, dois nordestinos que se destacam pela astúcia e pelo humor, enquanto tentam sobreviver em um ambiente onde a pobreza e a miséria os obriga a aceitar qualquer bico e apelar para algumas trapaças.

O Cultura ao Meio-Dia, projeto da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, promove sessões de cinema todas as quartas-feiras às 12h, no Auditório Petrônio Portella, com entrada franca.

## Repressão política em debate na TV

O programa *Entrevista*, da TV Senado, recebe o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), presidente da Subcomissão do Idoso. O senador fala dos altos índices de contaminação pelo vírus da Aids entre os idosos e cobra do governo novas campanhas de prevenção à doença que incluam os cidadãos dessa faixa etária. O *Entrevista* é exibido às 3h30, 7h30 e 20h30.

As 9h, a TV Senado transmite a reunião da Comissão de Assuntos Sociais em que está prevista a votação, entre outros itens, do projeto que regulamenta a licença-maternidade para as mães adotantes. Logo depois, deve ir ao ar a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que irá deliberar sobre uma pauta de 20 itens.

## Autorizado funcionamento de emissoras

O Senado aprovou ontem as renovações das permissões de funcionamento das Rádios Capital dos Minérios, de Itapeva, Diário, de Sertãozinho, e Valparaíso, da cidade do mesmo nome. Também foram aprovadas as renovações de concessão para as Rádios Tropical, de Ribeirão Preto, Nova Difusora, de Olímpia, e Meteorologia Paulista, de Ibitinga. Todas as emissoras ficam em São Paulo.

## Alcântara cobra política cultural

Ao registrar o transcurso do Dia Nacional do Livro em 18 de abril, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que o livro continua a ser o melhor instrumento de formação da cidadania e cobrou do governo a adoção de uma política cultural séria e consistente destinada a ampliar a leitura em todo o país, principalmente entre os jovens.

Alcântara informou que o dia 18 de abril foi escolhido para comemorar o Dia Nacional do Livro porque nessa data nascia o escritor Monteiro Lobato, "um excepcional brasileiro, homem de ação incansável, corajoso e admirado por todos".

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — Especial — Brasília 2001  
6h30 — Cidadania — O sen. Roberto Freire e o jornalista Ayrton Maciel falam sobre a repressão política no Brasil  
7h30 — Entrevista — O sen. Leomar Quintanilha fala sobre os idosos  
8h — Jornal do Senado — O resumo das notícias do dia  
8h30 — Saúde/Unip — As Santas Casas

9h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Fiscalização e Controle (ao vivo)  
20h30 — Entrevista — O sen. Leomar Quintanilha fala sobre os idosos  
21h — Jornal do Senado — O resumo das notícias do dia  
21h30 — Comissão de Infra-Estrutura (gravado)  
Logo após — Sessão Plenária (representação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal  
DirectTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Tecsa: canal 17  
Internet: www.senado.gov.br  
Antena Parabólica - Sistema Digital:  
• Satélite - B1  
• Transponder - 1 BE (Banda Estendida)  
• Polarização: Vertical  
• Frequência: 3.644,4 Mhz  
• Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz  
• Antena - 3,6 m LNB  
• Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB  
• Symbol 3,2143MS-S  
• FEC: 3/4  
• Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

• Satélite - B1  
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)  
• Polarização - Horizontal  
• Frequência - 4.130 MHz

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# CI estende incentivo a fontes alternativas de eletricidade

Caso não haja recurso para apreciação pelo Plenário do Senado, projeto seguirá diretamente para exame da Câmara dos Deputados

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem projeto do senador licenciado José Jorge (PFL-PE), atual ministro de Minas e Energia, que estende ao aproveitamento de fontes alternativas



Senador José Alencar preside a reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

renováveis de energia elétrica a redução de pelo menos 50% nos valores das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição. O benefício já é concedido às pequenas centrais hidrelétricas. O projeto seguirá para exame da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para que a matéria seja submetida ao Plenário do Senado.

A proposta também permite aos produtores de energia alternativa, entre elas a eólica (ventos) e a solar, a comercialização

de energia diretamente com consumidores, desde que a carga seja maior ou igual a 500 quilowatts. "O país precisa promover o aproveitamento crescente de outras fontes de energia", principalmente no Sudeste, Sul e Nordeste, onde o potencial hidrelétrico está praticamente todo utilizado", observa José Jorge na justificativa da matéria.

## CONTA DE LUZ

A CI também aprovou projeto da Câmara que obriga as concessionárias de distribuição de ener-

gia elétrica a veicular, nas contas de luz, instruções alertando os consumidores quanto aos procedimentos a serem adotados em caso de queda de tensão ou interrupção no fornecimento.

Para o relator, senador Valmir Amaral (PMDB-DF), o projeto vem ao encontro do interesse e da própria segurança dos consumidores, que podem tornar-se aptos a resolver, de modo adequado, emergências em suas residências decorrentes de falhas no fornecimento de energia elétrica.

# Agripino relata projeto que impede venda de Furnas

O senador José Agripino (PFL-RN) foi indicado pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), para relatar projeto de lei do senador Roberto Freire (PPS-PE) que exclui empresas do setor elétrico do Programa Nacional de Desestatização (PND). Segundo Alcântara, o projeto deve servir para que a comissão promova ampla discussão sobre o problema energético no Brasil, que este ano pode enfrentar racionamento de energia elétrica.

Agripino informou que já na próxima reunião da CAE vai sugerir nomes de autoridades de órgãos do setor que devem ser ouvidas para esclarecer quais as medidas necessárias para contornar o problema da energia no Brasil, incluindo a discussão sobre a retomada do programa nuclear.

O projeto de Freire já recebeu parecer favorável na Co-

missão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), e, na prática, impediria a privatização de Furnas, maior empresa brasileira na área de geração e transmissão de energia.

Na reunião de ontem, os senadores aprovaram, com base em relatório do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e em caráter terminativo, o projeto de lei do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que obriga as instituições financeiras federais que têm atuação regional a publicar semestralmente na Internet seus balanços. Caso não haja recurso para votação no Plenário do Senado, a matéria segue diretamente para apreciação dos deputados.

## IRRIGAÇÃO

Por sugestão do relator, senador Osmar Dias (PSDB-PR), o presidente da CAE concedeu vista coletiva do parecer sobre o projeto de lei que institui a



Agripino quer ouvir autoridades sobre a questão energética, incluindo programa nuclear

Política Nacional de Irrigação e Drenagem. Para Osmar Dias, a matéria, de autoria da comissão temporária que analisou alternativas de desenvolvimento para o Vale do Rio São Francisco, é complexa e deve ser analisada por mais tempo pelos integrantes da comissão.

Presidente da comissão temporária que encerrou seus trabalhos em 1995, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) alertou para o fato de que, desde aquela data, novas leis alteraram a regulação do setor, demandando mudanças no projeto original, consolidadas em substitutivo do relator.

# Lobão defende investimentos em energias alternativas

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu projeto de sua autoria que promove o desenvolvimento de energias alternativas como a termossolar, a fotovoltaica e a eólica. Ele destacou a importância de investimentos nessas tec-



Brasil deve seguir exemplo de outros países, diz Lobão

nologias, afirmando que o Brasil deve seguir o exemplo de outros países, como os Estados Unidos e a Alemanha, que investem em pesquisas e na implantação de energia solar.

Lobão lamentou que essa potencialidade seja subestimada no Brasil, onde ocorre uma média de 2.500 horas de sol por ano, requisito mínimo para o emprego

econômico da energia solar. O senador citou reportagem da jornalista Elaine Rezende, da *Folha de S. Paulo*, sobre os investimentos do governo federal em energias alternativas neste ano — cerca de R\$ 10 milhões —, considerados tímidos

pelos especialistas.

Para o senador, embora o Ministério de Minas e Energia considere onerosa a tecnologia da energia solar, é necessária uma nova visão do problema. Segundo Lobão, o que tem ocorrido até agora "reflete um desinteresse com os reclamos de uma economia voltada para as futuras gerações".

# Usina no Tocantins começa a gerar este ano, diz Eduardo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) anunciou que até o dia 15 de outubro deste ano será inaugurada a primeira turbina da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, em Lajeado (TO). Ele destacou o



Eduardo: serão 902 milhões de quilowatts

fato de as obras da usina, iniciadas há três anos, estarem sendo realizadas, rigorosamente, dentro do cronograma de construção, podendo até mesmo anteciparem-se os prazos previstos.

— Provavelmente, há de ser pela primeira vez que tal fato acontece no Brasil, onde é tra-

dicional o atraso nos cronogramas de construção de usinas de tal porte, atraso que geralmente é de anos e acarreta acréscimos de custos insuportáveis — assinalou o senador.

Eduardo disse que a obra da usina confirma a tese do governo do Tocantins, de que "a melhor política de privatização consiste em primeiro privatizar para que o investimento seja feito pela iniciativa privada e não, como vem acontecendo, primeiro investir recursos públicos para depois privatizar". Segundo o senador, a usina vai gerar 902 milhões de quilowatts de energia.

# Comissão deve votar hoje agências reguladoras do setor de transportes

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) adiou para hoje, a partir das 10h, a votação do projeto do Executivo que reestrutura todo o setor federal de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário. O projeto tem parecer favorável do relator, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), e deixou de ser votado na reunião de ontem em virtude de um pedido de vista coletiva encabeçado pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES).

Ricardo Santos reconhece a importância do projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados, mas tem dúvidas com relação à criação de novas tarifas portuárias que,

observou, trarão mais ônus para o setor, com reflexos no chamado Custo Brasil. O projeto tramita em regime de urgência e o prazo para deliberação termina em 6 maio.

Além de promover uma reorganização e instituir um novo modelo de gerenciamento na política viária brasileira, o projeto cria duas agências reguladoras: a Agência Nacional de Transportes Terrestres (Antt) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A proposta também cria o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Conit).

# Senado examina hoje o projeto que amplia prazo de filiação partidária

Proposta de Jorge Bornhausen, que visa inibir a troca de partidos, aumenta de dois para quatro anos o período exigido para o eleitor que queira se candidatar a cargo eletivo

O Senado deve votar hoje projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que altera a Lei dos Partidos Políticos a fim de ampliar, de dois para quatro anos, o tempo de filiação partidária exigido para que o eleitor possa candidatar-se a cargo eletivo.

Bornhausen disse que deseja limitar o troca-troca de partido, exigindo um mínimo de identidade e estabilidade na relação entre o candidato e sua agremiação. Ele explicou que seu propósito é forjar quadros partidários que não sejam tão voláteis como os que integram a maioria das siglas brasileiras. O projeto saiu da Co-

missão de Constituição, Justiça e Cidadania com parecer favorável do senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

Os senadores votam também projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), convocando plebiscito sobre a desestatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). O parlamentar propõe que o plebiscito se realize nos estados abrangidos pelas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia da hidrelétrica. São eles: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Também hoje o Plenário vota,



Bornhausen defende um mínimo de identidade entre o candidato e a sua agremiação

em segundo turno, proposta de emenda constitucional do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que faz

iniciar-se pelo Senado, e não pela Câmara, os projetos concernentes à Federação ou que interfiram nas relações entre os estados. Se aprovado, o texto segue para votação na Câmara.

Serão ainda debatidos dois projetos exigindo a renúncia de governantes que desejarem disputar a reeleição. O primeiro é do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que exige a renúncia, seis meses antes do pleito, dos governadores e prefeitos. O outro, do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), exige a renúncia dos governadores, prefeitos e do presidente da República.

## Suplicy diz que tem recebido apoio para disputar prévia

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que, desde o último dia 4 até ontem, recebeu 1.090 e-mails comentando a sua decisão de disputar as prévias do PT para a candidatura à



Suplicy destaca e-mails favoráveis a sua candidatura

Presidência da República. Desse total, 1.030 foram de apoio, ressaltou. Apenas 5,5% das mensagens que recebeu o recriminavam por se candidatar ou o aconselhavam a tentar qualquer outro cargo eletivo, como o de governador do estado de São Paulo.

Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o senador Eduardo Suplicy afirmou que, mesmo não servindo como termômetro, os 29 alunos da turma para a qual dá aulas de Economia também são favoráveis a que ele mantenha a sua pré-candidatura. Simpatizantes do partido e filiados ao PT espalhados pelos mais diferentes estados do país compartilham da mesma opinião dos seus estudantes, afirmou o senador.

## Corregedora da União depõe em audiência pública na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza audiência pública hoje, às 10h, com a presença da corregedora-geral da União, Anadyr de Mendonça Rodrigues, convidada para explicar aos integrantes da comissão as atribuições e instrumentos à disposição do órgão que chefia. Na reunião, solicitada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), deverá ser debatida ainda a relação da Corregedoria com o Poder Legislativo e demais órgãos do governo, como a Procuradoria Geral da República.

A Corregedoria foi criada recentemente pelo presidente Fernando Henrique com *status* de Ministério e plenos poderes para promover a apuração de denúncias de irregularidades no Executivo.

## Candidatos à reeleição podem ter que renunciar seis meses antes

A proposta de emenda à Constituição determinando que prefeitos, governadores e presidente da República, candidatos à reeleição, renunciem aos cargos seis meses antes dos pleitos teve ontem o segundo dia de discussão, em primeiro turno. De acordo com o autor da proposta, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), é preciso aprimorar a legislação eleitoral, conferindo lisura e transparência às eleições e evitando o uso das máquinas administrativas.

Essa é também a opinião do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que considerou a proposta um avanço para as instituições democráticas, principalmente se for aprovado o financiamento público das campanhas eleitorais. "A desincompatibilização vai trazer igualdade na disputa", afirmou.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) pronunciou-se contra a proposta de Nabor. Ele alegou que o país já dispõe de mecanismos limitadores do uso das máquinas administrativas, entre



Nabor Júnior pretende evitar o uso da máquina administrativa

eles a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada no ano passado pelo Congresso.

Antes da discussão da PEC, o Plenário debateu requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que pretendia a tramitação conjunta da proposta de Nabor

com outra, de sua autoria, que extingue o instituto da reeleição. Convencido pelas lideranças em Plenário, Valadares retirou o requerimento que, se aprovado, forçaria a análise de ambas as propostas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), retardando a aprovação de limitações à reeleição. Reconhecendo que a proposta de Nabor é um avanço, Valadares pediu ao presidente da CCJ, Bernardo Cabral (PFL-AM), a designação de relator para a proposta de sua autoria. "Os dois relatores anteriormente designados não se interessaram pela proposta", lamentou o senador por Sergipe. Cabral anunciou que hoje estará indicando um novo relator.

## CCJ analisa a redução do tempo da campanha eleitoral

Três projetos que reformam o sistema político brasileiro devem ser apreciados na reunião que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promove hoje, às 10h. Um deles, do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), pretende alterar a Lei Eleitoral, reduzindo o período da campanha eleitoral e mudando o critério para divisão do tempo do horário eleitoral gratuito entre os partidos políticos.

Pela proposta, a escolha dos candidatos em convenção é adiada e a propaganda eleitoral só deve começar 40 dias mais tarde. Além disso, o projeto antecipa em uma semana o interstício entre o primeiro e o segundo turno. Para dividir o tempo do horário eleitoral gratuito, que também é reduzido, Bornhausen sugere que seja levado em consideração o tamanho das bancadas dos partidos na Câmara dos Deputados por ocasião da eleição.

A segunda proposta altera a Lei das Inelegibilidades, proibindo a candidatura, como suplente, de parentes até o segundo grau do candidato a senador. O projeto de lei é de iniciativa da senadora Marina Silva (PT-AC) e tem apoio da relatora, Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

Os senadores da comissão devem manifestar-se ainda acerca das emendas de Plenário à proposta de emenda à Constituição (PEC) que

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson e Mozarildo Cavalcanti